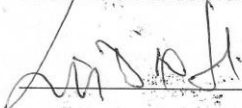


ATA DA DEFESA DE MONOGRAFIA EM HISTÓRIA E CULTURAS POLÍTICAS DE GURO SAITO VIANA

Aos **19 (DEZENOVE)** dias do mês de **DEZEMBRO** de **DOIS MIL E DOZE** reuniu-se a banca examinadora da monografia em Especialização em História e Culturas Políticas com o título: "**Conquista da África desde 1880 a 1935**", composta pelos professores: **Prof. Ms. Luiz Duarte Haele Arnaut (ORIENTADOR- FAFICH/UFMG)**, **Profa. Dra. Miriam Hermeto de Sá Motta (FAFICH/UFMG)**, **Profa. Dra. Adriane Vidal Costa (FAFICH/UFMG)**. Procedeu-se à argüição, finda a qual os membros da banca examinadora reuniram-se para deliberar, decidindo por unanimidade por sua aprovação, atribuindo à mesma nota 7,1, conceito C. Para constar, foi lavrada a presente ata, que vai datada e assinada pelos examinadores.

Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2012.

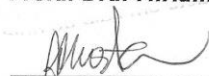
Banca Examinadora:



**Prof. Ms. Luiz Duarte Haele Arnaut
(ORIENTADOR- FAFICH/UFMG)**



Profa. Dra. Miriam Hermeto de Sá Motta (FAFICH/UFMG)



Profa. Dra. Adriane Vidal Costa (FAFICH/UFMG)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Especialização em História e Culturas Políticas

Guro Saito Viana

CONQUISTA DA ÁFRICA DESDE 1880 A 1935

Belo Horizonte

2012

Guro Saito Viana

CONQUISTA DA ÁFRICA DESDE 1880 A 1935

Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, como pré-requisito para obtenção do título de Especialista em História e Culturas Políticas.

Orientador: Dr. Luiz Arnaut

Belo Horizonte

2012

Guro Saito Viana

CONQUISTA DA ÁFRICA DESDE 1880 A 1935

Monografia apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, como pré-requisito para obtenção do título de Especialista em História e Culturas Políticas.

Professor: Luiz Arnaut UFMG – Orientador

Professora examinadora da Banca: Miriam Hermento – UFMG

Professora examinadora da Banca: Adriane Vidal – UFMG

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História

Belo Horizonte, 19 de dezembro de 2012.

*Dedico aos milhões de irmão africanos que superaram as afrontas
de um imperialismo inconsequente e venceram e
aos que ainda perecem por causa do mesmo.*

*Dedico também a todos os estudantes de História que trazem no peito
a consciência de que não se podem mudar os fatos e que buscam com seriedade
apontá-los, com o objetivo de alertar as gerações presentes e
futuras para que não cometam os mesmos erros*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS que fez os céus e a terra, por ter se importado comigo e possibilitar-me a chegar até aqui.

Agradeço a minha esposa e filha por terem me apoiado e incentivado a prosseguir.

Agradeço ao meu ilustre Mestre, Luiz Arnaut, por sua presteza em orientar-me nesse trabalho.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
1 INTRODUÇÃO	9
2 CAPÍTULO 1 - AFRICANOS E EUROPEUS ANTES DE 1880 A 1382	10
3 CAPÍTULO 2 - A CONQUISTA	14
3.1 Teorias sobre a conquista da África	17
4 CAPÍTULO 3 - CONQUISTA MILITAR E LUTAS DE RESISTÊNCIA	27
5 CONCLUSÃO	32
REFERÊNCIAS	35
BIOGRAFIAS	37

APRESENTAÇÃO

A ideia popular de que a África é um continente pobre e de derrotados incivilizados, é um grande equívoco. Além de recursos naturais e minerais, traz consigo riquezas inquestionáveis, culturas milenares que sobreviveram a vários acontecimentos, sobretudo à conquista, dominação e colonização empreendidas pelas potências européias. Até pouco tempo atrás a maior parte dos historiadores apresentavam com exaltação as ações européias na África tendo os povos africanos apenas como objetos dessas ações. O fato de a África ser o último continente a ser observado pelo mundo exterior, fez com que fosse também o último continente a experimentar a fúria de um sistema imperialista europeu. Só que, é preciso levar em consideração a posição do africano diante desse imperialismo. Penso que o papel da História, é apresentar com objetividade ambos os lados desse processo.

Sempre nos foi apresentado uma história africana onde o negro teria sido um agente passivo no processo e que os conquistadores chegaram, impuseram suas regras e tudo bem. Nas escolas o que se ensina, ainda é a história dos vencedores. A maioria dos livros didáticos além de restritos no que diz respeito a África, apresentam uma história que contem apenas um lado, o conquistador. Como historiador e professor, além de me interessar muito pela história da África, o que mais me motivou a escolher o tema proposto - Conquista da África desde 1880 a 1935 foi o fato de que com esse recorte teria condições de entender melhor todo esse processo e propor aos alunos uma discussão mais objetiva, apresentando os dois agentes desse evento, tanto os conquistadores europeus, quanto os africanos e suas ações.

Estudar, discutir e rediscutir sobre a Conquista da África é de suma importância para que as gerações atuais tomem conhecimento dos fatos e não fiquem indiferentes aos mesmos ou ainda os ignorem pois, houve sim a conquista e colonização de boa parte do continente africano mas, não foi tão fácil para os europeus que enfrentaram grandes resistências. Os africanos reagiram e em alguns casos conseguiram proteger suas soberanias como por exemplo, a Libéria e a Etiópia que usaram formas variadas como a religião, a diplomacia e as armas para proteger seus território. No capítulo 3, será apresentado um pouco mais sobre a

história desses dois Estados africanos.

Chegou o momento de mostrar o outro lado da história para os nossos alunos que na maioria das vezes trazem um ensinamento europeizado sobre a história da África como se essa história começasse a partir da chegada dos “civilizados” europeus a esse continente. Não posso esquecer e nem deixar de contar a outros que independente do que se tem ensinado é importante saber que existe uma história africana, mesmo porque, a África traz consigo importantes civilizações antigas – berços da humanidade – como exemplo, o Egito.

Para tanto, pretendo entender com mais amplitude o processo de conquista da África e analisar a postura dos africanos diante desse evento e tenho o desejo de ao término deste trabalho ser capaz de discutir a conquista da África sob outra perspectiva, valorizando ambos os lados, os conquistadores e os africanos como agentes fazedores da história. O conhecimento e entendimento dos fatos partirão das discussões dos autores estudados e citados neste trabalho.

1 INTRODUÇÃO

Entender a África é muito mais que conhecer o continente e suas dimensões. É entender suas origens, reconhecer que há uma história africana e que essa vai muito além do que conhecemos através de narrativas feitas pelos ocidentais. A África nunca foi e não é um continente só de miseráveis. Basta lembrar que existem culturas milenares, dentre elas podemos citar o Egito, que contribuíram para a “evolução” das sociedades humanas e que sobreviveram à violência das Conquistas de suas terras e povos.

O continente que perturbou a Europa com suas possibilidades, tão logo se vê como alvo das ambições de antigos “parceiros” que decidiram ao invés de manter uma relação de negócios, conquistar e dominar seu território como se fosse terra de ninguém. Se há intenção de compreender melhor ou seja, ter uma visão mais ampla da Conquista da África, é necessário analisar o que levou a essas precipitações. Para isso será importante voltar um pouco na história antes de 1880. A Conquista não se deu de forma passiva, houve resistências aos conquistadores e até vitórias africanas. Não tem como discutir sobre a conquista da África sem levar em consideração as reações dos povos desse lugar.

Há um emaranhado de interpretações sobre o assunto, em alguns casos até contraditórias. Os historiadores ainda buscam conhecer melhor esse continente cheio de complexidades. A proposta deste trabalho é buscar entender um pouco mais esse processo de conquista e a posição dos africanos diante do evento. O recorte proposto se dá pelo fato de ser nesse período que a maior parte do território africano foi conquistado, dominado e colonizado. Foi nessa fase também que se consolidou a exploração e o sistema colonial europeu na África. Uma época também marcada por conflitos entre os dois lados: colonizados e colonizadores e pelo crescimento do sentimento nacionalista africano. De acordo com (Albert Adu Boahen, cap.1,p.1), a conquista da África e as mudanças oriundas desse processo se deram principalmente a partir de 1880 a 1935.

O encontro da África com o imperialismo colonial foi brutal, concentrado num tempo relativamente curto, entre 1880 e a primeira década do século XX (M'Bokolo, 2007, p. 300).

2 CAPÍTULO 1 - AFRICANOS E EUROPEUS ANTES DE 1880 A 1382

Da mesma forma que história das cruzadas é vista de dois ângulos, pelos ocidentais e árabes, é importante também enxergar a África a partir de uma perspectiva mais ampla. Não se deve pensar a história da África sem levar em consideração o papel do africano na construção dessa história como um agente ativo no processo.

Penso ser importante voltar um pouco na história da África ante de 1880 quando ocorreram vários eventos que vão servir de pano de fundo para a discussão entorno do assunto proposto que é a Conquista da África de 1880 a 1935. Antes de se iniciar o processo de conquista da África pelos europeus havia uma dinâmica transcultural. De certa forma, África e Europa mantinham negócios que atendiam as expectativas de ambos os lados. Segundo Pierre Bertaux (1985) desde o século XIV a África mantinha relações comerciais, políticas e até coloniais com alguns países da Europa, sobretudo Portugal. Para este autor, havia presença européia na África desde 1382 e que a chegada de Enrique de Portuga, teria sido algo positivo pois, não havia intenção de colonizar, mas sim, buscar novos meios de comercializar e encontrar outros caminhos para as índias. Em 1444-1447, os portugueses chegam no continente africano pela costa verde – Cabo Verde, Senegal , Dakar. Quando em 1471, agentes de Fernão Gomes chegam à atual Ghana, encontram ruínas do que teria sido implantado pelos franceses em 1382. Até então, as relações com os estrangeiros não punham em risco as soberanias dos povos africanos.

De acordo com Bertaux (1985), as expedições tiveram características diferentes do que se imagina. Além de uma escala segura para a rota das Índias os principais objetivos eram econômico, religioso e político. As verdadeiras fontes de riquezas estavam nas Índias e não no território africano. Para Bertaux, os portugueses donos das maiores expedições que atingiram este continente não intentavam conquistá-lo, muito menos colonizá-lo. Desejavam mesmo, era assegurar bases para sua rede comercial. A política portuguesa na África era essencialmente mercantil.

Segundo Bertaux, por mais que os europeus tenham negado durante muito tempo, o que os pioneiros expedicionários encontraram na costa da

África foi uma civilização tolerante, afortunada e com costumes refinados. Provavelmente eles não imaginavam ter contatos com povos organizados hierarquicamente, culturas e costumes originais que floresceram e se perpetuaram através dos séculos. O encontro entre esses dois mundos gerou relações cordiais, política e comercial. Mesmo porque, nesse primeiro momento as relações não punham em risco as soberanias existentes na África.

Por volta de 1600, os africanos tiveram contato com os holandeses. Estes construíram até 1648 em diferentes pontos 16 fortificações. Angola e Luanda foram alguns desses pontos. O governador Jan Van Riebeeck funda a cidade do Cabo. Essa chegada dos holandeses em solos africanos não representava um desejo de colonização mas, de organizar uma base técnica, assim como os portugueses, uma escala para a rota das Índias.

Para Bertaux, não se tratava até então de dominação e exploração mas, de parcerias e relações políticas e comerciais com a África. Há um quadro estável entre as relações. Em alguns casos os governos de etnias africanas recorriam aos europeus em busca de proteção. Nesse cenário os interesses eram diferentes mas, os relacionamentos entre esses dois “mundos” eram amistosos e seguros. Havia por parte de alguns países europeus maior interesse pela África branca. A África negra não interessava aos diplomatas. “Não se falava da África negra no concerto das grandes ‘potências’” (BRUNSCHWIG, 1993, p. 41). De acordo com Brunschwig, os franceses não haviam despertado interesses definidos pela África, até então não apresentavam motivos para uma relação sólida.

A presença europeia era restrita, os estrangeiros realizavam suas transações comerciais e saíam o mais rápido possível fugindo do calor seco e febres que representavam um terror para os brancos. Eram poucas as dominações na África negra. De acordo com Boahen (História Geral da África v. VII – África sob Dominação Colonial 1880-1935. p.3), até final do século XIX cerca de 80% do território africano era governado por seus próprios reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens em impérios, reinos, comunidades e unidades políticas de porte e natureza variados. Os portugueses se concentraram em Angola e Moçambique, os ingleses na Gâmbia e os franceses no Senegal. De acordo com Wesseling (Dividir para Dominar, 1998) era inevitável que a África entrasse no sistema de relações internacionais, contudo, o continente africano tinha pouco a oferecer aos interesses capitalistas dos estrangeiros. As doenças e mortes prematuras assustavam os

imigrantes que acreditavam que podiam conseguir as riquezas – escravos, marfim e ouro - por meios pacíficos através das relações já existentes, isto é, não viam ali – na África – um bom lugar para se estabelecerem. Mas, com o passar dos anos e maior envolvimento com os povos dessa terra foram descobrindo o potencial de riqueza, gerando novas expectativas com relação ao continente africano.

Até a descoberta do diamante em 1867 e a corrida pelo ouro Africano em 1886, não se tratava ainda de conquista e colonização da África mas, de colaborações bilaterais. Em vários casos as explorações e o uso da força escrava estavam ligadas aos acordos de guerra, ou seja, proteção contra determinado inimigo. Nesse caso os soberanos africanos, buscavam auxílio europeu como por exemplo, quando em 1542 os Muçulmanos do Estado de Adal, uma comunidade fortemente armada pretendiam guerrilhar contra o reino cristão da Etiópia. Certamente o reino cristão seria devastado e dominado se não fosse a intervenção portuguesa, pois, não dispunham de armas compatíveis contra o inimigo.

Até o final do século XVI e início do XVII as parcerias – colaborações – geravam resultados positivos para ambas as partes. Além do dinamismo comercial, ofereciam segurança para os africanos e riquezas para os europeus. As relações foram amigáveis enquanto não punham em risco as soberanias dos chefes africanos. À medida que os estrangeiros iam descobrindo as riquezas minerais, os recursos naturais existentes na África e com a política expansionista européia, as relações que até então eram amigáveis, vão se dificultar e os interesses da Europa irão migrar para a conquista e dominação do continente africano. A partir desse momento, as políticas expansionistas das potências européias estarão voltadas para a conquista e exploração da África.

“(…) A conquista foi na sua origem, essencialmente uma projeção em África da política internacional européia”. (FAGE, 1988, p. 214).

Porém, a partir do século XVII, a situação começou a mudar, as necessidades econômicas das grandes potências européias passaram a ditar as regras do comércio. As colônias que alguns países europeus possuíam em várias partes do mundo sobretudo na América, precisavam de mão-de-obra barata. Com isso, aumenta consideravelmente a procura por trabalhadores para as lavouras dessas colônias que para atender as exigências do comércio intensificam a produção de açúcar, produto que demanda muita mão-de-obra. Mais uma vez os

olhares voltam-se para a África e o comércio de escravo se torna uma das fontes de riquezas mais rentável para os traficantes, responsáveis por abastecer esse mercado.

Contudo, as maiores mudanças nas relações entre África e Europa se fazem sentir a partir de 1880, pois, para Albert Adu Boahen (2010, p.1) é logo após essa data que as potências imperialistas vão de fato conquistar quase todo o continente africano e enfrentar grandes resistências por parte dos nativos.

3 CAPÍTULO 2 - A CONQUISTA

Alguns autores discutem sobre o início da conquista da África pelos europeus e sugerem 1870 como sendo o marco principal, mas, há divergências entre eles, pois, alguns acreditam em 1880 como o ponto de partida para esse evento. O Uzoigwe (H.G.A, 2010. v. VII. cap. 2), aponta as atividades da França na região da Senegâmbia, do rei Leopoldo II da Bélgica no território Congo e dos portugueses na África Central no final da década de 1870 como sendo desencadeadores desse processo.

Há discussões sobre o fato de até 1879 haver poucas colônias européias na África. A Argélia Francesa, o Egito e o território Tunis eram talvez as únicas dominações européias no Norte da África, pois, eram as mais importantes regiões Africanas. No Ocidente/Sul as relações comerciais com os povos litorâneos não resultaram em grandes dominações. Eram poucas as Colônias européias. Em quatro séculos as maiores administrações coloniais eram as do Senegal Francês e da Costa do Ouro pelos britânicos. As demais eram administrações coloniais bem tímidas.

De acordo com Fage (1988), a conquista da África foi motivada principalmente pelo aparecimento da Bélgica e Alemanha no Cenário Africano. Duas potências que até então não havia manifestado nenhum interesse por esse continente. A Alemanha não possuía nenhuma colônia ou relações comerciais em terras africanas até 1883 mas, até o início de 1885 promoveu anexações de terras na África de grandes proporções que desencadearam a corrida imperialista numa escala acelerada.

Baseado nos comentários de Fage, o interesse maior dos alemães, não estava num desejo imperialista, mas sim, em desviar as rivalidades com a França da Europa para a África. A intenção alemã era criar circunstâncias conflituosas entre ingleses e franceses para assim, agir como árbitro entre os interesses dessas duas potências. Segundo Fage (1988), diferente do Belga Leopoldo II que desejava construir para si um vasto império, tudo que os alemães queriam era tirar a França de seus encaixos. Sendo assim, a conquista da África seria a melhor saída para a Alemanha que concentrou todo seu esforço em escoar os ressentimentos para outro local que não fosse sua própria casa.

Em contrapartida, para Hayes (H.G.A, apud, Uzoigwe. 2010. p. 27), a França procurava uma compensação para as perdas na Europa e o Reino Unido aspirava romper com seu isolamento no Continente Europeu engrandecendo e exaltando seu império. Até a Itália, reivindicava o direito de participar diretamente das questões européias e ter prestígios na Europa. Segundo ele, até as menores potências queriam participar desse banquete e ocupar lugares de destaque no cenário europeu. Portugal e Espanha, que havia perdido suas colônias mais importantes, viam nesse momento uma oportunidade para romper com as crises financeiras e renovar seus impérios.

Os europeus tinham ambições políticas que iam à contramão dos interesses dos líderes africanos e novas necessidades econômicas. Os Africanos não sabiam que o tempo do livre comércio e do controle político oficioso cedera lugar às novas intenções, a conquista e dominação de suas riquezas – O Imperialismo Capitalista. De acordo com Henri Brunschwig (1993) os interesses dos europeus com relação a África mudaram a partir do momento em que se conscientizaram das riquezas e benefícios que o continente poderia lhes proporcionar.

O Brunschwig comunga com Boahen do mesmo pensamento de que os anos que se seguiram após 1880 foram os mais difíceis para a África pois, até esse período a maior parte do continente – a África negra – não interessava aos diplomatas. “Não se falava da África negra no concerto das grandes potências” (BRUNSCHWIG, 1993). O Brunschwig também acredita que até a corrida imperialista rumo a África que se intensificou após a Conferência de Berlim iniciada em 1884, eram poucas as dominações na África negra. Para ele, a presença européia se restringia a algumas regiões ou seja, os portugueses se concentravam em Angola e Moçambique, os ingleses na Gâmbia e os franceses no Senegal.

Para Boahen, a partir de 1880 as relações entre África e Europa serão de intensos conflitos onde os africanos vão lutar contra os europeus para defenderem suas soberanias. Os europeus não queriam mais aquela política da boa vizinhança, baseada na troca de bens, mas, exercer o controle político e econômico direto sobre a África (BOAHEN, 2010, p. 30). Na sua maioria esmagadora, autoridades e dirigentes africanos foram profundamente hostis a essas mudanças de interesses dos países europeus que punham em risco suas estruturas políticas,

econômicas e sociais e declararam - se decididos a manter o status quo e sobretudo assegurar sua soberania e independência, pelas quais praticamente nenhum deles estava disposto a transigir.

3.1 Teorias sobre a conquista da África

Este trabalho não tem a pretensão de julgar as ações de nenhum dos lados do processo de conquista da África, ou seja, conquistadores e resistentes. Por isso, sem juízos de valores, é importante conhecer algumas teorias que segundo os historiadores citados deram origem a corrida imperialista rumo a África. De acordo com Godfrey N. Uzoigwe (*África Sob Dominação Colonial, 1880-1935*, p. 22 – 29) as teorias podem ser classificadas em: Teorias Econômicas, Teorias Psicológicas, Teorias Diplomáticas e Teoria da Dimensão Africana. Para justificar a teoria econômica, Hobson declara:

A superprodução, os excedentes de capital e o sub-consumo dos Países industrializados levaram-nos a colocar uma parte crescente de seus recursos econômicos fora de sua esfera política atual e a aplicar ativamente uma estratégia de expansão política com vista a se apossar de novos territórios. (HOBSON, J. A.H.G.A: *África Sob Dominação Colonial, 1880-1935*. p. 23, *apud* Godfrey N. Uzoigwe).

Para este historiador, esta teoria seria a que serviria de combustível ao processo de conquista e dominação da África. Sem negar que haveria forças de caráter não econômico, Hobson acredita ser a raiz econômica que deu origem ao colonialismo europeu.

A teoria psicológica é também discutida como possível causa ou, combustível propulsor para o desencadeamento do processo imperialista. Aqueles que acreditam nessa possibilidade destacam o Darwinismo Social, o Cristianismo Evangélico e o Atavismo Social. Dentro desta perspectiva os europeus darwinistas concebiam a idéia de uma Supremacia da Raça Branca sobre as raças sujeitas, neste caso, os povos Africanos. As raças não desenvolvidas deveriam ser transformadas pela raça superior. Para estes, a conquista da África punha em prática esse processo inevitável onde o mais forte domina o mais fraco na luta pela existência. O que não se pode negar é que este pensamento racista que ultrapassou os séculos ainda é motivo de segregação e conflitos entre povos.

Outro argumento, a partir da teoria psicológica foi o cristianismo que tinha como objetivo “evangelizar os povos incivilizados e salvar suas almas do fogo do inferno”. A conquista da África seria um impulso missionário e humanitário com o propósito de regenerar os corações e mentes dos povos Africanos. Discute-

se que foram os missionários que abriram o caminho e prepararam o terreno para a conquista imperialista na África Oriental e Central, assim como em Madagascar.

A teoria que defende a conquista a partir de interesses diplomáticos ou políticos, embora contestada duramente por aqueles que defendem a Teoria da Dimensão Africana como sendo a principal causa da corrida colonial europeia na África, é também discutida como um dos motivos desencadeador desse processo. A teoria da Dimensão Africana que concebe e transmite o pensamento a partir da consideração de que a conquista da África se deu por desgastes nas relações afro-europeias iniciadas a mais de trezentos anos antes do processo imperialista, faz parte das várias teorias em discussão e como não é objetivo deste trabalho julgar entre o certo e o errado mas, analisar todas as possibilidades, não poderia deixar de ser citada.

¹Hayes, ao comentar sobre a teoria do Prestígio nacional, defende a ideia de que o novo imperialismo que atingiu a África não era mais que um fenômeno nacionalista e o que movera os corações europeus foram a sede de prestígio nacional. Para este historiador a conquista da África não foi por interesses econômicos. Os conflitos que havia entre as potências em solo europeu passam a ocorrer no Continente Africano. Havia um interesse pela paz e estabilidade dos Estados europeus. O autor não descarta fatores econômicos como combustíveis, só não os considera como causas principais.

O autor do presente capítulo concorda com os historiadores que defendem a teoria da Dimensão Africana. O Godfrey N. Uzoigwe, explica a conquista levando em consideração tanto os fatores europeus como os africanos e assim procedendo, acredita que se completam dessa forma as teorias eurocêntricas examinadas anteriormente com a da Dimensão Africana. Rejeita a ideia de que a divisão e a conquista eram inevitáveis para a África. Pelo contrário, considera a consequência lógica de um processo de devoração da África pela Europa iniciado bem antes do século XIX. Admite que foram motivos de ordem essencialmente econômica que animaram os europeus e que a resistência africana à invasão crescente da Europa precipitou a conquista militar efetiva. De fato, parece que a teoria da dimensão africana oferece um quadro global e histórico que explana melhor a conquista do que todas as teorias puramente eurocêntricas.

¹ H.G.A.P.2

Para Wesseling (1998, p. 394) “as discussões sobre os fatos – causas – da conquista da África não levariam a uma resposta definitiva”. Gastaríamos todo tempo do mundo discutindo qual seria a causa para tudo isso e sem dúvidas esgotaríamos todos os argumentos e não chegaríamos a uma definição.

A conquista do continente africano, sem dúvidas, alterou em muito suas características. Para Wesseling (1998, p.12-13), o que antes eram aproximadamente 10 mil entidades políticas, foram reduzidas a poucas dezenas que sobreviveram ao processo de descolonização. São estes que sobreviveram que constituem de alguma forma os modernos Estados africanos de hoje. Discutir sobre a conquista da África não é algo fácil, é extremamente complexo. “O estudo sobre África é complexo”. Se partirmos da análise dos dois mapas Africanos, ou seja, o primeiro até mais ou menos 1880 antes da Partilha e o segundo após a divisão até 1914, observa-se que por volta de 1880, as possessões europeias na África eram bem poucas. Num segundo momento vê-se que, até 1914 praticamente todo o território africano estava dividido em colônias europeias. As fronteiras africanas demarcadas após os tratados de Partilha ainda são as dos Estados africanos até hoje como mostra este primeiro mapa na Figura 1 a seguir.

Figura 1 – Mapa da África



África em 1914. Origem: Wikipédia, a Enciclopédia Livre.

Figura 2 - A África em 1880, vésperas da conquista.



A Era Colonial durou pouco de acordo com Wesseling (1998), menos de um século e em alguns casos, menos da metade disso mas, as consequências da conquista ainda continuam lá. É o caso do Marrocos que o tempo que tem de vida livre é quase igual ao tempo que passou sob o governo colonial. Para Wesseling (1998), a África atual num sentido político é o resultado da dominação europeia. Em seu livro *Dividir Para Dominar*, Wesseling (1998) bate sempre na mesma tecla a respeito das relações entre África e Europa, uma insistência sobre a questão política como sendo a causa mais provável para a conquista da África. Segundo ele, a partir de 1830 as relações entre esses dois continentes vinham-se estreitando e, o continente africano ia cada vez mais sendo atraído para a teia do comércio europeu que estava em expansão. Havia um livre acesso e sem que percebessem, a Europa penetrava em um nível informal, porém, de forma efetiva.

“A história apresentada aqui é apenas parte de outra bem maior, a da sujeição e exploração da África. Uma história cheia de episódios cruéis e chocantes(...)”.
(WESSELIN, 1998, p. 12-13).

Mais de 90% do território Africano foi conquistado pelos europeus. Entre 1880 e meados da década de 1930 a África vivenciou mudanças profundas e decisivas na esfera demográfica. O continente possuía uma população que vivia esparsa representando um número bem pequeno por Km² e essa população crescia lentamente, o que a tornava vulnerável às pressões internas e externas.

É importante observar que a corrida imperialista rumo a África, ainda é palco de grandes discussões. Existe uma complexidade tão grande com relação a este assunto que os debates e especulações estão longe de acabar pois, há lacunas a serem preenchidas no que diz respeito a todo esse processo. Segundo Adiele Eberechukuwa Afigbo (H.G.A.apud, Raymond F. Betts. 2010. p. 358), para as mitologias rivais há pelo menos dois discursos a serem apresentados. O primeiro seria a partir do nacionalismo colonial que defende a ideia de que a mudança é uma inovação introduzida pela dominação europeia nas sociedades “tradicionais” – tradicional no sentido: aquela que não muda. O segundo diz que para os defensores do imperialismo tais mudanças sugerem progresso, transição linear brusca e benéfica de uma cultura tradicional e estática e não produtiva para um modernismo dinâmico e sem limites.

Pesquisadores demonstram que no tocante a África, essas hipóteses são infundadas, pois, as sociedades africanas as quais o imperialismo europeu impôs o seu direito estavam longe de serem estáticas e improdutivas. Estas sociedades eram resultado de gerações, de séculos ou milênios de evolução. Portanto, pode - se afirmar que a “modernização” da África faz parte de um longo processo – desde as origens. As inovações ocidentais a partir do imperialismo na África representam um quadro precário nas transformações políticas, econômicas, sociais e culturais.

A conquista da África promoveu grandes mudanças no setor econômico africano. Antes da partilha e colonização a África apresentava basicamente uma economia de consumo. Participava timidamente da economia mundial. Mantinha relações comerciais principalmente com a Europa. Não havia dominação europeia neste setor, embora, com o sistema imperialista imposto aos africanos essa área foi profundamente afetada. A conquista e colonização da África atingiram diretamente a economia africana que experimentou toda dor de uma economia voltada para o acúmulo de capitais. A África, assim como na questão política, foi expropriada de sua soberania também na questão econômica. Entre os anos de 1880-1935 foram lançadas as bases para as relações de produção do colonialismo. As manifestações desse processo foram evidenciadas primeiramente nos meios de transporte e comunicação como, construção de estradas ferroviárias e linhas de telégrafos. Houve de fato algumas resistências por parte dos africanos contra a nova infra-estrutura imposta pelos europeus mas, no início eram tímidas e não punham em risco os sonhos dos colonizadores. Podem-se observar alguns focos de resistência na região do Níger e da Senegâmbia onde tentavam sabotar as vias férreas e derrubar os postes telegráficos.

A economia colonial na África se desenvolveu principalmente da exploração da mão de obra que resultava em maior lucro para as potências colonizadoras do continente africano. Para recrutar a mão de obra africana os colonizadores usavam vários recursos sobretudo, as leis dos novos regimes coloniais. A autonomia das aldeias indígenas teve de ser reprimida para que se impusessem os métodos de exploração da força de trabalho dos africanos. A economia colonial na África se consolidou a partir do trabalho forçado e da disfarçada escravidão a que os negros africanos eram submetidos.

O regime de trabalho imposto por Portugal em São Tomé era tão

brutal e os horrores praticados no Congo do rei Leopoldo tão evidentes que dividiam as opiniões de certas camadas sociais da Europa ocidental. A exploração era feita de forma tão escandalosa que estes colonizadores buscavam de alguma forma camuflar essas práticas. A ação combinada de capital e mão de obra africana exercida sob coação, gerou um grande excedente de produtos de consumo europeu sobretudo, produtos agrícolas pois, boa parte dessa mão de obra escrava era empregada na agricultura.

De acordo com Kiewiet (H.G.A.apud, Walter Rodney. 2010. p. 381), na época da conquista milhares de colonos mantinham relações econômicas com os africanos. Essas relações eram de certa forma parcerias recíprocas e não contrariavam os interesses de ambas as partes e até propiciava uma relação de autoridade e sujeição sendo os europeus o detentor dessa autoridade. Nativos e estrangeiros durante o século XIX empenhavam-se a manter relações econômicas que atendessem as expectativas dos dois lados. Mas, as coisas começaram a mudar na medida em que novas descobertas iam surgindo.

A descoberta e exploração de recursos naturais e minerais em solo africano mexeram de tal forma com os interesses dos imperialistas que alterou radicalmente as relações econômicas, política e social entre colonizados e colonizadores. A África do Sul pode sentir na pele essas mudanças de comportamento, pois, os monopolistas do setor minerador jamais deixariam o controle das minas e as riquezas em solo africano. A África experimentava uma colonização de exploração. O interesse do colonizador era extrair da colônia todas as riquezas possíveis e levar para suas metrópoles. Os mesmos interesses moveram os corações e mentes de Portugal e Espanha que colonizaram a América Latina, claro que com menos intensidade, mesmo porque a América Latina não experimentou um processo tão brutal como o que vivenciou a África com a conquista de seu território.

Após a conquista foram montadas várias estratégias de dominação e colonização dos povos. Como o objetivo principal do imperialismo na África era a exploração de todos os recursos naturais, minerais e da força de trabalho humano, era necessário desestruturar as sociedades existentes de forma que não se mobilizassem contra o sistema colonial e pusessem em risco sua estrutura. Uma dessas estratégias foi o Regime de Segregação Racial – apartheid.

A primeira vez em que se encontra registrada a palavra "*apartheid*" foi

em 1917 e depois num discurso de Jan Smuts que se tornou Primeiro Ministro em 1919 (o primeiro teria sido Louis Botha). Estes dois políticos tinham fundado o Partido Sul-Africano, em 1910 que governou a União até serem derrotados por Barry Hertzog do Partido Nacional em 1924. Em 1934 os dois partidos uniram-se para formar o Partido Unido, tentando a reconciliação entre os Afrikaners e os brancos de origem inglesa. Por exemplo, na própria constituição da União, embora fosse considerada uma república unitária, com um único governo, apenas no Cabo os não-brancos que fossem proprietários tinham direito ao voto porque os “estados-membros” que passavam a ser considerados Províncias, mantinham alguma autonomia.

Sob o *apartheid* várias raças foram separados em diferentes regiões e a discriminação contra as pessoas de cor não era apenas aceitável, mas, legal. O regime do *apartheid* pregava a separação das raças – dizia que os brancos eram superiores. Com isso, brancos e negros viviam em regiões separadas, exerciam trabalhos diferentes e foram sujeitos a diferentes níveis de remuneração, educação e cuidados de saúde. O Regime não prestou atenção ao status social ou residencial antigo dividindo as pessoas pela cor. Ao longo das margens das cidades os africanos viviam em favelas enormes, terríveis, muitas vezes separadas de suas famílias pois, só um membro da família poderia obter uma autorização para viver na cidade.

Uma das primeiras leis adotadas foi o "Regulamento do Trabalho Indígena" de 1911, segundo a qual era considerado um crime - apenas para os "africanos", ou seja, os "não brancos", a quebra dum contrato de trabalho. Ainda no mesmo ano foi promulgada a "Lei da Igreja Holandesa Reformada" ("The Dutch Reformed Church Act") que proibia os negros de se tornarem membros de pleno direito daquela igreja. Mais importante ainda foi a "Lei da Terra" de 1913 que dividiu a África do Sul em áreas onde só pretos ou brancos podiam ter a posse da terra. Os negros que constituíam dois terços da população ficaram com direito a 7,5% da terra enquanto os brancos que eram apenas um quinto da população ficaram com direito a 92,5% da terra. Os mestiços ("coloured") não tinham direito à posse da terra. Esta lei determinava igualmente que os africanos só poderiam viver fora das suas terras quando empregados dos brancos. Passou também a ser ilegal a prática usual de ter rendeiros negros nas plantações, ou seja, os negros não poderiam arrendar as terras dos brancos. O Regime de Segregação racial separou

negros e brancos e impôs leis tão pesadas aos negros que serviram de combustível para aquecer ainda mais uma caldeira que já fervia nas mentes dos povos conquistados e dominados, o nacionalismo. O período compreendido entre 1919 e 1935 é visto como o apogeu do colonialismo na África, mas, não se deve esquecer que esse período também foi o auge da resistência ao colonialismo e das atividades nacionalista.

4 CAPÍTULO 3 - CONQUISTA MILITAR E LUTAS DE RESISTÊNCIA

De acordo Albert Adu Boahen em História Geral da África v. VII – África sob Dominação Colonial 1880-1935 (1991, p. 19-20), a Conquista da África pode ser dividida em três períodos da seguinte forma: 1880-1919, 1919-1935 e 1935 até o desencadeamento das lutas por independência. No primeiro período de 1880-1919 poderia se considerar duas subdivisões: 1880-1900 e 1900 -1919 que correspondem à conquista e ocupação do território africano. O Boahen se refere a esse primeiro período como a fase da defesa da soberania e das independências africanas mediante a vários recursos como por exemplo, a estratégia dos confrontos, das aliança ou da submissão temporária.

Para Boahen, nesse primeiro período, o qual também denomina de período de pacificação, assistiu-se a realização da conquista por mapas e o envio de tropas ocupantes para as regiões designadas. Nessa primeira fase quase todas as Regiões Africanas perderam suas soberanias, com exceções da Líbia, parte do Saara, da Libéria e da Etiópia que resistiram e venceram.

Na segunda fase que vai de 1919-1935 e que foi marcada por várias manifestações de resistência ao imperialismo ocorreram no cenário mundial acontecimentos muito importantes como, o fim da Primeira Guerra Mundial, a revolução de outubro na Rússia czarista e a reunião do primeiro congresso pan-africano por Du Bois e fim da oposição à ocupação europeia da África por parte de todo o continente europeu. Ainda dentro desse período em 1935, as forças fascistas de Mussolini invadem e ocupam a Etiópia, o que torna mais crítica a situação e revolta profundamente os africanos, principalmente, os intelectuais que de um modo geral se conscientizam da natureza desumana, racista e opressiva do colonialismo. O último período – dentro dessa perspectiva – vai de 1935 até às lutas revolucionárias pela independência dos Países Africanos, assunto que transcende o propósito desse trabalho que é A Conquista da África desde 1880 a 1935.

De acordo com M'Bockolo (2007, tomo II), embora haja diferenças consideráveis entre conquistadores e resistentes, ambos são atores desse episódio. Mesmo que alguns historiadores - segundo ele – como por exemplo, P.Mille P.Benoit da França e Frederik Lugart da Inglaterra tenham exaltado mais os

conquistadores, a história muda seu rumo, isto é, se a visão dos fatos for analisada sob outra perspectiva, ou seja, se partirmos do ponto de vista africano. Segundo Bockolo que analisando o evento num processo de longa duração, as lutas de resistências durante a corrida para a conquista da África serviram de motivações para o nascimento (ou renascimento) do sentimento nacionalista africano.

Para este historiador, a primeira fase da conquista foi um episódio muito violento, pois, com a divisão do território - na teoria, isto é, o mapeamento das regiões a serem conquistadas, o próximo passo seria a tomada desses territórios na prática. Só que para dominar essas áreas seria necessário o uso das armas, pois, a divisão fria e imparcial não levou em consideração que as regiões a serem ocupadas já eram habitadas e exploradas pelos próprios africanos e menosprezaram as soberanias ali existentes. As ações empreendidas pelos europeus sofreram reações de vários chefes africanos. O próprio Menelik da Etiópia proclamou em 17 de setembro de 1895:

Os inimigos vêm agora se apoderar de nosso país e mudar nossa religião [...]. Nossos inimigos começaram a avançar abrindo caminho na terra como toupeiras. Com a ajuda de Deus, não lhes entregarei meu país [...]. Hoje, que os fortes me emprestem sua força e os fracos me ajudem com suas orações. (Albert Adu Boahen, H. G. A. v. VII – África sob Dominação Colonial, 1880-1935).

A partir da obra de M'Bockolo, dá para imaginar o cenário apocalíptico em que se transformou várias regiões africanas nos anos de 1880 a 1890. Um verdadeiro campo de sangue pois, segundo Bockolo as guerras de resistências contaram com milhares de soldados de ambos os lados. Embora as forças africanas dispusessem de um contingente maior, os europeus contavam com armas mais sofisticadas. Os exércitos colônias franceses, britânicos e italianos disputaram os territórios com os africanos em pé de desigualdade no que se refere ao número de homens como por exemplo, entre 7.000 a 10.000 iorubas em Ijebu contra 1.000 soldados britânicos em Adu, cerca de 100.000 soldados etíopes contra 17.000 italianos mas, o episódio foi marcado por milhares de mortes devido o poder de destruição das armas usadas pelos exércitos europeus. Para M'Bockolo, uma das características mais marcantes desse período é que os exércitos europeus eram formados principalmente por africanos pois, devido as várias doenças como a malária que dizimavam muitas vidas na África e outras condições adversas, além do

fato de os nativos conhecerem melhor o território, tornavam inviável a formação de exércitos com a força maciça composta por brancos. Mesmo porque o uso de homens negros era mais barato, porém, era grande o risco que os exércitos coloniais corriam em armar os africanos dentro de seu próprio território.

Os conquistadores criaram várias estratégias para vencer as forças nativas e dominá-las. As tropas eram cada vez mais numerosas. A criação dos RTS (Regimentos de Atiradores Senegaleses) compostos por senegaleses fortaleceram ainda mais os exércitos coloniais. Alguns chefes africanos reconhecidos por suas bravuras como Samori e Menelik II da Etiópia, tiveram que reconhecer o poder do inimigo e recorreram a outros recursos para conter o avanço dos exércitos europeus e defender suas soberanias. Um desses recursos seria o uso de tropas mercenárias, mas, também lançaram mão da espionagem infiltrando homens no meio das tropas européias para aprender a usar as armas que adquiriam a partir do contrabando. Tais armas eram compradas de forma ilegal, pois, a partir da convenção de Bruxelas em 1890 ficou proibida a venda de armas para os africanos.

Um dos fatores que fortaleceram bastante os exércitos estrangeiros foi que alguns chefes africanos forneciam homens negros capturados nas guerras contra outros povos do continente, outros até se alistavam voluntariamente para servir aos comandos europeus na conquista de outros povos, sem falar nos RTS que cresceram de forma assustadora, passaram de 2.400 homens em 1891 para 17.350 até 1914.

No primeiro período do processo de conquista da África os colonizadores que desejavam ardentemente as riquezas do continente investiram uma campanha de exploração promovendo segundo Bockolo, um dos períodos mais dramáticos para os africanos que exigiu desses últimos, novas formas de organização e luta. Uma das características desse processo de conquista foi que assumiu a forma de pilhagem. Na África Austral, Central e Oriental a violência da conquista foi mais visível, o domínio econômico se fez sentir de várias maneiras, houve o emprego de trabalhos forçados aos dominados, bens foram confiscados, muitos chefes perderam suas soberanias. Ainda que a vitória na maioria dos casos tenha ficado com os conquistadores, mesmo expostos a tanta violência e vulneráveis diante das potentes armas, os africanos lutaram e resistiram com dignidade.

Em boa parte do território africano, as resistências foram esmagadas.

Na Rodésia do Sul e no Sudoeste da África as expropriações dos bens e territórios ocorreram logo após o esfacelamento dos exércitos africanos. Em 1890, após a emigração do chefe tribal Lobengula e de seus melhores soldados para a Rodésia do Norte, os exércitos europeus compostos por homens brancos e mercenários negros invadiram a Rodésia do Sul e confiscaram mais de 280.000 cabeças de gado pertencentes aos rebeldes ndebeles e distribuiu parte desse confisco aos colonos e alguns negros que serviam nos exércitos europeus. No Sudoeste africano a insurreição dos namas e dos hereros entre 1904 a 1907 apesar de intensa, não foi suficiente para conter as tropas estrangeiras e impedir a conquista de seus territórios e todas as terras tribais com seus gados foram confiscadas.

Apesar de tal destino, os Hereros deixaram em germe um legado de luta contra a dominação colonial, de superação das fronteiras étnicas e de consciência cultural, histórica, racial e nacionalista, cuja tradição seria transmitida às futuras gerações de combatentes pela liberdade em toda a África meridional. (David Chanaiwa, H.G.A. v. VII p.248).

Houve resistência também no Congo, mas, a conquista dessa região foi inevitável. O Congo foi conquistado e colonizado por Leopoldo II da Bélgica e pelos franceses. Tanto no Congo belga quanto no Congo francês a colonização seguiu um regime de exploração muito violento. De acordo com M'Bockolo, os relatos de missionários protestantes do cônsul britânico de 1903 e algumas publicações de 1904 a 1913 denunciavam as atrocidades cometidas por Leopoldo II através de sua política de exploração pois, o novo comércio escravista imposto por esse soberano era praticado de forma abominável. Muitos nativos que se opunham ao trabalho forçado além de terem suas aldeias incendiadas eram assassinados a tiros, enforcados e até crucificados. Para o Boahen, o desequilíbrio do potencial militar, o desenvolvimento da polícia e das forças mercenárias africanas foram alguns dos motivos das derrotas dos exércitos africanos. Não obstante, algumas resistências registraram êxitos marcantes, embora breves, algo que desmentem a ideia comum da passividade africana.

Poucas raízes conseguiram sobreviver ao julgo colonial imposto pela Europa na época da corrida imperialista. Sobreviver não significa que não participaram do processo e que não eram alvo de dominação, mas, que souberam resistir e se impor diante do inimigo. A posição política, econômica e social da Etiópia e da Libéria e as relações de negócios com as principais potências

européias: França, Reino Unido e Alemanha favoreceram bastante nos momentos mais cruciais do período de 1880-1914. Tanto a Etiópia quanto a Libéria sofreram fortes agressões por parte das potências imperialistas, mas souberam se posicionar diante das investidas usando a força Bélica e a Diplomacia. Como mantinham negócios com as principais potências européias, valiam-se também do fato de nenhuma delas permitirem que a outra se apoderasse de seus territórios. França, Grã-Bretanha e Alemanha não queriam ver seus negócios com a Etiópia e a Libéria frustrados uma pela outra, o que dificultou a invasão maciça desses dois Países africanos.

As consequências da conquista para a Etiópia foi menos desastrosas do que para a Libéria pois, a primeira conseguiu resistir as agressões de todas as maneiras e manter sua unidade política. Já a Libéria, estava endividada com o capital Europeu. A Libéria devia muito dinheiro às principais potências e isso a fragilizou. Além de perder parte de seu território por invasão teve que, através de acordos de pagamento da dívida restituir com terras os seus credores. Com isso a Libéria manteve-se independente politicamente, mas, perdera grande parte de seu território.

Em seu texto na p.328 o M' Bockolo, comenta que na África Oriental o estado de guerra foi ainda mais dramático e afirma que entre 1889 e 1896, africanos e europeus se enfrentaram pelo menos 54 vezes. Os confrontos foram acompanhados de muitas mortes, incêndios de aldeias, destruição de rebanhos inteiros e de culturas.

5 CONCLUSÃO

Para compreender melhor a história da África é necessário dividi-la em dois tempos, antes da conquista e depois da conquista. Segundo alguns historiadores do assunto a chegada dos europeus nesse continente mudou e mudaria definitivamente a história africana. Segundo Pierre Bertaux (1970-1985 v.32), essa presença é marcada a partir de 1382. De 1382 até 1880 o que se percebe são relações que se estendiam para todas as áreas, tanto no campo político, econômico, quanto no campo cultural. No campo político, observa-se os acordos diplomáticos que atendiam as expectativas de ambas as partes. No que se refere ao setor econômico, havia uma relação de trocas de produtos e mão de obra, na questão cultural, os costumes e religião dos estrangeiros mexeram de alguma forma com as estruturas já existentes.

Como já foi dito ao longo desse trabalho, esse período é marcado por relações que geravam resultados positivos, tanto para os europeus quanto para os africanos. As relações ou, colaborações, eram possíveis porque não punham em risco as soberanias dos povos africanos. Mas, ao passo que os estrangeiros iam se infiltrando nas diversas regiões africanas descobriram que a África possuía um potencial muito maior ou seja, recursos naturais, minerais e mão de obra abundante que poderia gerar riquezas e crescimento para a Europa. As relações que até então se mantinham saudáveis vão tomar outros rumos e serão marcadas por conflitos, muitas mortes e a conquista da maior parte do continente africano, pois, os desejos das potências estrangeiras passaram de relações que atendiam os interesses bilaterais, para a conquista e exploração das riquezas existentes na África. Os europeus não levaram em consideração que as regiões a serem exploradas eram habitadas e exploradas por povos nativos a centenas de anos que ao longo de suas existências consolidaram crenças, costumes, economias e políticas próprias. Desprezando os direitos dos povos africanos empreendem campanhas fortemente armadas para conquistar e dominar as mais importantes regiões do continente africano. Também não imaginaram que tal processo desencadearia ou, faria ressurgir o sentimento nacionalista das tribos que ocupavam as regiões que eram alvos das conquistas.

Ao longo das leituras de autores citados neste trabalho, uma das coisas mais interessantes foi observar que diferente do que se ensina e

aprende nas escolas através dos livros didáticos que na maioria das vezes apresentam e exaltam a história dos vencedores como se fossem os únicos agentes fazedores dessa história e o outro lado apenas como produtos do meio, os textos utilizados apresentam os dois lados, conquistadores e resistentes, europeus e africanos como agentes ativos no processo de conquista e dominação da África. Segundo Albert Adu Boahen, até os anos 1960 as reações africanas diante da conquista e da ocupação do continente quando não deturpadas, eram ignoradas pela escola colonial da historiografia africana. Até os termos usados por historiadores que comungam dessa linha de pensamento são preconceituosos e eurocêntricos.

Apesar de a vitória pertencer na maioria dos casos aos conquistadores é importante lembrar que o processo de conquista da África foi marcado pelas resistências de vários povos que lutaram até a morte para defender seus territórios e soberanias. A corrida imperialista rumo a África foi um período relativamente curto mas, mudou radicalmente as estruturas que até o desencadeamento do processo coexistiam com os interesses das potências européias. É bom lembrar que os conquistadores não teriam o mesmo sucesso se não fossem as parcerias com chefes africanos que em muitos casos forneceram homens para os seus exércitos e até lutaram como voluntários nas guerras de conquistas de regiões cujos povos eram rivais. As rivalidades entre etnias foram fatores importantes nas derrotas e perdas de soberanias de vários povos e regiões africanas.

Tais rivalidades foram bem administradas pelos conquistadores que conseguiram atrair os interesses de soberanos que viam nessas parcerias possibilidades de garantir a segurança de seus territórios e de certa forma suas soberanias como por exemplo, Tofa rei dos Gun de Porto que tinha de enfrentar três diferentes inimigos até a chegada dos franceses: os Yoruba no nordeste, o rei Fon do Daomé ao norte e os britânicos na costa, de modo que com certeza, considerou a chegada dos franceses um presente dos céus, uma oportunidade não só para preservar sua soberania, mas até mesmo para obter algumas vantagens a custa de seus inimigos.

Para Albert Adu Boahen, na história da África as mudanças aconteceram de forma muito rápida, no período entre 1880 e 1935. Mas, para ele, os episódios mais dramáticos aconteceram num espaço de tempo bem mais curto, de 1880 a 1910, quando quase todo o continente africano foi conquistado e

ocupado pelas potências imperialistas. Segundo Boahen, logo após essa data, o que houve foi principalmente a consolidação e exploração das áreas conquistadas. Em 1914, com exceção da Etiópia e da Libéria, a África inteira estava sob dominação europeia e dividida em várias colônias. As novas formações políticas tinham pouco ou, quase nenhuma relação com as que existiam antes da conquista. A África não teve apenas seu continente invadido, conquistado e dominado, suas soberanias expropriadas, mas, principalmente seus valores culturais.

Como é proposta deste trabalho e faz parte dos objetivos apresentados, é possível a partir das leituras e análises dos textos cujos autores foram citados no decorrer da construção do texto, discutir a conquista da África sob outras perspectivas, pois, até o primeiro contato com esses autores, a visão sobre o assunto era muito restrita e engessada. Agora as discussões vão muito além dos livros didáticos e de historiadores que valorizam e exaltam a história dos vencedores. Poder enxergar a corrida imperialista rumo a África com uma visão mais periférica é gratificante, principalmente a partir do momento que a História deixa de ser subjetiva e pretenciosa para retomar seu verdadeiro papel diante dos acontecimentos, o compromisso de ser imparcial e objetiva, não tendenciosa e não arbitrária. Posso desde então conceber a ideia de que a África foi conquistada, dominada e colonizada, que suas soberanias e bens foram expropriados, que milhares de vidas foram ceifadas pelos inimigos, mas, que também os africanos não ficaram esperando sentados como dizia Raul Seixas “com a boca escancarada cheia de dentes esperando a morte chegar”, que a maioria dos chefes africanos com seus soldados não receberam de braços abertos os exércitos europeus, mas, que empunharam seus instrumentos de guerra, por mais obsoletos que fossem e enfrentaram bravamente o conquistador. Ainda que na maioria dos casos, os africanos perderam seus territórios e soberanias, resistiram à exaustão os exércitos europeus.

Após a Segunda Guerra Mundial ocorrem movimentos de resistência e, apesar de muitas manifestações serem reprimidas com violência pelos colonizadores, o processo de independência das colônias europeias do continente africano verificou-se irreversível.

REFERÊNCIAS

AFIGBO, Adiele Eberechukuwa HISTÓRIA geral da África: volume 7: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010. Apud, Raymond F. p. 358. (Coleção História geral da África da UNESCO).

AKPAN, Monday. B. Hist. G. da África. São Paulo.1985/1991. v. VII: A África sob dominação colonial, coord.: BOAHEN, A. Adu.

BERTAUX, Pierre. História Universal XXI: África desde la prehistoria hasta los Estados actuales. Madri: Editora Castilla S/A, 1971.

BOAHEN, Alber Adu. HISTÓRIA geral da África: volume 7: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010. xxviii, 1010 p. (Coleção História geral da África da UNESCO).

BRUNSCHWIG, Henri. A partilha da África Negra [tradução Joel J. da Silva; revisão Sinval Freitas Medina]. São Paulo: Perspectiva, 1993. 128 p.

CESAIRE, Aime. Discours sur le colonialism. Paris: Presence Africaine, 1955. 59 p.

Davidson, Basil. Os africanos: uma introdução à sua história cultural; tradução de Fernanda Maria Tomé da Silva. Lisboa: Edições 70, 1969. 370 p.

FAGE, J. D. História da África. Lisboa: Edições 70, 1988.

HAYES, C. J. H. HISTÓRIA geral da África: volume 7 : África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010. Apu, Godfrey N. Uzoigwe. p. 27-28 (Coleção História geral da África da UNESCO).

HOBSON, J. A. HISTÓRIA geral da África: volume 7 : África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010. Apu, Godfrey N. Uzoigwe. p. 23 (Coleção História geral da África da UNESCO).

KELTIE, J. S. The Partition of África. Londres: E. Stanford, 1893.

DE KIEWIET, C. W.HISTÓRIA geral da África: volume 7: África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010. Apud, Walter Rodney. p. 381. (Coleção História geral da África da UNESCO).

M'BOKOLO, Elikia. África Negra – História e civilizações. Lisboa: Colibri ;2007. (tomo II: do século XIX aos nossos dias).

OLIVER, Roland Antony; FAGE, J. D. Breve História de África. 1. ed. Lisboa: Livraria Sá, 1980. 342 p.

RODNEY, Rodney. HISTÓRIA geral da África: volume 7 : África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010. cap. 14 (Coleção História geral da África da UNESCO).

UZOIGWE, G. N. HISTÓRIA geral da África: volume 7 : África sob dominação colonial, 1880-1935. Brasília: UNESCO, 2010. xxviii, 1010 p. cap. 2 (Coleção História geral da África da UNESCO).

WESSELING, H. L. Dividir para Dominar — A Partilha da África, 1880-1914. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1998.

BIOGRAFIAS

Alber Adu Boahen (Gana): Especialista em história colonial da África ocidental. Autor de numerosas publicações e artigos sobre a história da África. Professor e chefe do Departamento de História da Universidade de Legon-Acra, Gana.

G. N. Uzoigwe (Nigéria): Especialista em história da África oriental e, especialmente no reino Bunyoro de Uganda. Autor de várias obras e artigos sobre a história da África. Professor de História na Universidade de Michigan em Ann Arbor.

Monday B. Akpan (Nigéria): Especialista em história econômica da África ocidental; autor de numerosas obras e artigos sobre a história da África ocidental; sênior lecturer da Universidade de Calabar, Nigéria.

Pierre Bertaux: Nascido em 1907; doutorado em 1936. Em 1938, foi nomeado professor da Universidade de Toulouse; Foi senador do Sudán Francês (República do Mali); Em 1958, foi nomeado professor da universidade de Lille.